

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO XIV

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO

**Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos
Jane Rangel Alves Barbosa**

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO

Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos

Fundação Cesgranrio

Belford Roxo/RJ.

Jane Rangel Alves Barbosa

Universidade Castelo Branco

Centro Universitário de Volta Redonda

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/RJ.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade da educação escolar é um assunto que preocupa aos atores da educação desde o século XX, tendo sido questionada principalmente na década de 80, quando esse debate foi fortalecido. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) define no artigo 206, parágrafo VII, a garantia de padrão de qualidade, atribuindo à Educação a mais importante, universal e indispensável ação humana apta a assegurar a (re) constituição do processo civilizatório da humanidade. Porém, se faz imperativo para que se reconheça essa “qualidade” como princípio constitucional, a adoção de medidas necessárias para que haja uma implementação de prioridades de maneira que assegurem as políticas educacionais. Avanços efetivos no setor educacional têm sido obtidos, na última década. Mas ainda, persistem problemas relacionados com a baixa qualidade e com a improdutividade do sistema escolar brasileiro, que se expressam, principalmente, nas altas taxas de insucesso e de evasão escolares na educação básica, o que demonstra quão longe ainda está o país de propiciar às sucessivas gerações a escolaridade obrigatória.

Assim, o truísmo que orienta a prática pedagógica e sua reorientação para o aperfeiçoamento contínuo e o intercâmbio sistemático entre pares, além das condições de trabalho, carreira, salários compatíveis com o exercício do magistério, aponta para a questão da qualidade da escola pública, conduzindo à reflexão sistemática sobre a prática pedagógica desenvolvida pelos professores, na medida em que a mesma constitui elemento mediador entre história social e pessoal, entre instituição escolar e sociedade, entre educação e trabalho.

Ao analisar o cenário econômico e político de mundialização, em termos de suas oportunidades e riscos à democratização e ao desenvolvimento humano sustentável, defendemos uma política social que tenha abrangência e relevância para o conjunto da sociedade. Portanto, esta política social precisa prestar atenção prioritária aos mais pobres e excluídos, em que a educação tem um papel central devido suas funções na formação da cidadania e na preparação para o trabalho.

Nesse contexto, toma-se a equidade social, no sentido de igualdade e justiça, como critério, para se destacar a importância de políticas educacionais que, contando com a alocação prioritária dos recursos públicos, atentem para a extensão e qualidade da aprendizagem, a melhoria das condições de oferta escolar, inclusive da formação docente para o complexo mundo do conhecimento e das comunicações e para a formação de valores democráticos, dos direitos humanos e da convivência.

Vale ressaltar que a reflexão sobre Educação, Trabalho e Cidadania insere-se no conjunto dos esforços que hoje se desenvolvem na América Latina, e no Brasil em particular, para construir uma “nova sociedade cidadã”, com novas formas de educação e trabalho, alicerçadas numa nova ética da convivência humana. Assim, esta investigação se inscreve no âmbito do debate recente acerca da formação do educador no país, considerando as orientações advindas da LDB96 (BRASIL, 1996), da Resolução CNE/ CEB nº 2, de 16 de junho de 1997 (BRASIL, 1997b) e da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012a), que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012b).

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo focalizar a formação de professores para a Educação Profissional (EP), diante dos problemas e desafios que decorrem, tanto do sistema educacional brasileiro como das novas exigências do mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Um estudo que se justifica pela necessidade da produção de conhecimento sobre a formação de docentes para esta modalidade de ensino, que em 2016, atingiu a 1.097.473 matrículas na rede pública e 761.531 matrículas na rede particular, totalizando, 1,9 milhão de matrículas (BRASIL, 2016). Uma modalidade que se revela como elemento estratégico para o desenvolvimento atual, para o exercício da cidadania e para a inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, e que não conta com a devida atenção por parte das agências formadoras.

Vale destacar que a busca por soluções de novas alternativas para equacionar a problemática da formação docente para a EP se articula com mudanças mais amplas no contexto de uma sociedade, caracterizada pela globalização econômica e pela difusão do conhecimento em rede. Nesse sentido, o papel da legislação no debate educacional brasileiro é outro aspecto a considerar na reflexão sobre o tema. Ao longo da história, a legislação tem exercido uma função de mobilizar soluções para crises advindas dos diferentes problemas enfrentados pelo sistema escolar. Entretanto, tem sido insuficiente para mudar a realidade. Não seria exagero afirmar que a questão do magistério constitui um dos principais desafios apresentados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

2. O PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO: MARCOS LEGAIS VIGENTES

Entende-se por Formação de Professores os processos em que formam sujeitos que têm a docência como campo de atuação profissional. Por esses processos, os futuros professores ou aqueles que já exercem a docência

(re)construem os saberes docentes. Esta formação envolve o compromisso das agências formadoras com o direito do domínio teórico-prático, por parte do aluno-professor, como sujeito histórico da produção científico-tecnológica e sociocultural na área da educação e dos conteúdos específicos com os quais irá trabalhar ou já trabalha. Tal definição se fundamenta em uma dada concepção de sociedade, cultural, arte, tecnologia, educação e docência.

Na Formação Inicial, os processos ocorrem em agências formadoras credenciadas, em cursos próprios e no nível de escolaridade exigido para se licenciar um professor, segundo o nível de escolaridade em que poderá atuar. Na Formação Continuada, os professores continuam se formando, em geral, na prática docente pela qual eles constroem e reconstruem seus saberes acadêmicos ou novos saberes relativos à docência no ensino médio e técnico.

A Formação de Professores, no Brasil, tem sua regulamentação definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, no seu Artigo 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, um curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Já a expressão ‘Educação Profissional’, foi introduzida pela LDB/96 como uma das modalidades de educação, conforme disposto no artigo 39, modificado pela Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008), que diz: a educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Ela abrange os cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional: Educação Profissional Técnica de nível médio; e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e pós-graduação. Além disso, pela modificação da LDB/96, em sua Seção IV – Ensino Médio, que é a última etapa da Educação Básica, inclui-se a Seção IV – A – Da Educação Profissional Técnica de nível médio. Assim, fica claro que o nível médio da EP é considerado Educação Básica.

Segundo a legislação vigente, a Educação Profissional Técnica de nível médio pode ser desenvolvida de forma subsequente ao ensino médio da Educação Básica, ou com ele articulada. Nesse caso, a EP pode ocorrer na forma concomitante ou integrada. O curso integrado confere ao aluno a habilitação profissional técnica de nível médio ao tempo em que ele faz jus ao Certificado de Conclusão do Ensino Médio, constituindo-se como um curso único ofertado por uma mesma instituição de ensino. Nele, as disciplinas de formação geral são integradas às de formação especial.

Diante do exposto, a formação de professores para a EP pode se referir ao professor do nível médio ou do nível superior dessa modalidade de educação, ou aos instrutores, tutores e monitores que trabalham em cursos de qualificação profissional. Nesse último caso, em geral, os professores são recrutados entre os mais diversos profissionais que exercem a função docente em condições de trabalho

precarizado, não contam com formação específica para docência e esta não lhes é cobrada, vide Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004).

Quanto à formação de professores para a Educação Profissional Tecnológica, de nível superior, ou seja, para os cursos de Graduação e Pós-graduação, pela LDB/96, ela deve ser feita em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de Mestrado e Doutorado. Já a formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve se pautar pelo Artigo 62 da LDB/96. Por ele, a formação de docentes para atuar no nível médio da Educação Básica será feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

A formação do professor para as disciplinas específicas do Ensino Técnico, no Brasil, sempre careceram de marcos regulatórios que se materializassem em processos educativos considerados não especiais, não emergenciais e com integralidade própria. Porém, essa formação tem sido conduzida de forma emergencial e especial, não se revestindo de regularidade e unidade, em relação às políticas de formação do professor para o Ensino Médio (OLIVEIRA, 2005).

O fato é que a implantação da LDB/96 deu origem a um emaranhado de pareceres, resoluções e decretos com vistas à regulamentação da EP, marcando avanços e recuos, em especial o Decreto 2.208/1997 (BRASIL, 1997a) do governo Fernando Henrique Cardoso que desencadeou a reforma da EP. A Resolução CNE/CEB nº 2, de 1997 (BRASIL, 1997b), complementou o referido decreto e destinou-se a suprir a falta de professores habilitados e, para tal, estabeleceu programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas da Educação Profissional de nível médio (referindo-se também à formação docente para o ensino fundamental e médio).

Os programas especiais de formação eram cursos destinados a quem já tivesse um curso superior. Cursos especiais de, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática com duração mínima de 300 horas, com a garantia de estreita e concomitante relação entre teoria e prática, “ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência, vedada a oferta da parte prática exclusivamente ao final do programa” (Art. 4º § 1º). Cursos relacionados à habilitação pretendida, enfatizando a metodologia de ensino específica, concedendo certificado e registro profissional equivalente à licenciatura plena, podendo ser oferecido na modalidade a distância.

Tanto Machado (2008a, 2008b) como Oliveira (2010) ressaltam a organização curricular desses cursos especiais (núcleos contextual, estrutural e integrador) prevista na Resolução CNE/CEB nº 2/97, em que se observa uma estrutura organizada, com o objetivo de incentivar a integração de conhecimentos necessários à formação dos professores. No entanto, segundo Machado (2008b, p. 80-81), a Resolução CNE/CEB nº 2/97 relanceou os olhos para a EP e encontrou uma forma de incluir a formação de professores para esta modalidade, sem promover a discussão sobre a alternativa das licenciaturas e reduzindo a parte teórica ao mínimo de 240 horas. E mais, previa uma avaliação em cinco anos, cujo prazo extinguiu-se em 2002. Mesmo sendo um modelo aligeirado de formação

docente, era a única referência sobre a formação de professores para a Educação Profissional que existia naquela época.

Para Oliveira (2010, p. 474), a Resolução CNE/CEB nº 2/97 não conseguiu modificar as características de uma formação especial, emergencial e sem integridade própria. Ou seja, a docência na EP é um trabalho “marcado pela não exigência de formação de professores, ausência de ofertas dessa formação e por condições de trabalho precário”.

Assim, durante 10 anos – de 2002 a 2012 – o que se tinha era um programa especial de formação docente, conforme a Resolução CNE/CEB nº 2/97, que não foi cumprido e vigorou até 2004, sendo revogado pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), que possibilitou a entrada na EP de monitores, instrutores e tutores, dispensando-os de qualquer formação docente. Em 09 de maio 2012, é aprovado o Parecer CEB nº 11 de 2012 (BRASIL, 2012a) e, em 20 de setembro de 2012, através da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012b), regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da qual estão discriminados os seguintes artigos:

Art. 21 § 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

TÍTULO IV FORMAÇÃO DOCENTE

Art. 40 A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Os sistemas de ensino devem viabilizar a formação a que se refere o *caput* deste artigo, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério da Educação e instituições de Educação Superior.

§ 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas:

(...)

III - na forma de uma segunda licenciatura, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.

§ 3º O prazo para o cumprimento da excepcionalidade prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, encerrar-se-á no ano de 2020.

§ 4º A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino

a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de professores (BRASIL, 2012a. Grifos Nossos).

É importante destacar que, sob a responsabilidade das universidades, a formação de professores para a Educação Básica está marcada por forte acento no aspecto teórico, ficando o da prática bem menos acentuado, recebendo por isso muitas críticas. Como as agências formadoras vão operacionalizar a formação de professores para a EP? Entende-se que a formação pedagógica do docente deve articular-se com sua atuação profissional, de modo que os cursos de formação pedagógica precisam configurar-se como espaço/tempo de formação de qualidade, não abandonando as experiências que esse docente traz, além de reconhecer os saberes produzidos em sua intervenção profissional. Ou seja, essa formação deve ser vista como estratégia para a reflexão sobre a prática, e como possibilidade de qualificação do processo formativo (LIBERALESSO, 2010).

3. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES.

Quando se pensa em educação para o trabalho, muitas são as indagações: O que é importante em termos de saberes pedagógicos para a EP? Para qual sociedade se quer esta EP? E mais, para que tipo de inserção profissional deve-se preparar os alunos?

E muitos são os desafios para instrutores, tutores e monitores com formação técnica que atuam como professores assim como médicos veterinários, engenheiros, biólogos, químicos, administradores, arquitetos, e outros bacharéis que exercem a docência em diferentes cursos técnicos, sem ter formação para tal. Há também os docentes formados em geografia, história, matemática, língua portuguesa, inglês, entre outros, que foram formados para atuar nos Ensinos Fundamental e Médio, o que é bem diferente de atuar na formação profissional. Por esta razão, buscou-se nos estudos Acácia Kuenzer (UFPR), Lucília Machado (UNA), Maria Ciavatta (UERJ), Maria Rita Neto Sales Oliveira (CEFET/MG) e Suzana Burnier (UFMG), destacar as convergências e tensões presentes na formação de professores para a EP.

Kuenzer (2008) destaca que, na transição da hegemonia do paradigma taylorista/fordista de organização e gestão do trabalho para os novos paradigmas, configura-se uma nova concepção de EP que, por consequência, traz novas demandas de formação de professores.

Nesse sentido, a organização do trabalho deixa de significar “fazeres”, e passa a significar “intervenção”, no entender de que Zarifian (2003). Assim, o trabalho passa a significar eventos e competência passa a ser a capacidade de resolver situações não previstas até mesmo desconhecidas, para o que se articulam conhecimentos tácitos e científicos adquiridos ao longo da vida. Esta nova forma de conceber a competência remete à criatividade, à capacidade comunicativa e à educação continuada.

O desenvolvimento de competências cognitivas complexas, segundo Kuenzer (1999), diz respeito a: análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes, resistir a pressões, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado à intuição criadora, buscar aprender permanentemente, e assim por diante. É importante destacar que não desaparece a relevância do conhecimento tácito em nome da supremacia do conhecimento científico, mas sim, se restabelece a dialética entre teoria e prática, passando a competência a assumir dimensão prática.

Procurando aprofundar o debate, Oliveira (2001) afirma que a formação do professor da área tecnológica implica no tratamento da concepção de competência no currículo dos cursos para os quais leciona, e isso envolve o entendimento de que competência é uma capacidade mobilizadora, frente a situações e tarefas específicas, não ligadas apenas aos processos de aprendizagem. Assim, toda competência é construída socialmente, não serve para caracterizar uma categoria profissional – este é o ponto chave. Em outras palavras, isto significa que “ser um bom engenheiro mecânico não significa ser um bom professor” (KUENZER, 2008, p. 37).

Para Ciavatta (2006), a formação de professores tem uma tradição de estudos baseados no indivíduo, na pessoa do professor ou no profissional da educação. Esta autora busca explicitar a forma como ser humano existe e produz sua existência no mundo, ou seja, esse olhar em relação ao outro, na profissão de professor, em especial, na Educação Profissional e Tecnológica. Um olhar relacionado com o mundo e, principalmente, com os alunos. Vive-se cercado de objetos complexos (celulares, máquinas digitais, televisores, computadores, ipóds, web 2.0, etc), e os alunos estão chegando à escola sem livros, mas conhecendo as novas tecnologias que muitos dos professores desconhecem. Qual o papel dos professores diante de uma população em que predominam os analfabetos funcionais, os trabalhadores de baixa escolaridade, a ânsia de ter um título de educação superior a qualquer preço?

Precisa-se mudar o ângulo de visão e ter como ponto de partida o professor não apenas como ser humano individual, mas como um “ser social”, como um ser em relação, que produz seus meios de vida junto com os demais, que se beneficia do conhecimento secularmente acumulado pela humanidade. Essa mudança de visão obriga o professor a pensar sobre quem são seus alunos? Como eles aprendem ou não aprendem? Por que rejeitam o que lhes é ensinado? Qual é o contexto de vida dos alunos e de seus professores, das escolas e do sistema educacional onde esses profissionais atuam?

O tema de reflexão sobre a formação de professores para a EP nos obriga a reconhecer esse contexto, exigindo atenção à especificidade dessa formação. O fato de ser uma questão, que compreende a perspectiva histórica e os desafios

contemporâneos, fortalece a exigência de pensar o contexto em que essa formação se realiza.

Ciavatta (2006) afirma que devemos pensar nos desafios dessa educação que se refere ao mundo do trabalho e de suas contradições. São desafios que se expressam nos conteúdos, nas novas tecnologias e nas formas de tratar a realidade desses conteúdos, de conviver com as novas tecnologias e na forma de organizar e conduzir os processos de ensino e aprendizagem. Por isso, defende a proposta de formação integrada entre a educação geral e a formação específica.

Partindo do histórico da formação de professores para a EP, os estudos de Lucília Machado sinalizam a carência de pessoal docente qualificado para atender à expansão dessa modalidade. Destaca que as ofertas de formação de docentes para este campo são diversificadas, mas são muito reduzidas, mesmo sendo cursos presenciais e a distância, ou mesmo a formação em serviço. Porém, poucas são, entretanto, as iniciativas de cursos de licenciatura. Segundo Machado (2008a), para formar essa força de trabalho é preciso um perfil docente que seja capaz de desenvolver pedagogias do trabalho, em que os alunos, através da participação em projetos interdisciplinares, são conduzidos, progressivamente, na construção de sua autonomia. Portanto, a autora defende a necessidade de uma política definida para a formação de professores que atenda as tais necessidades, será certamente um grande passo para a superação da atual debilidade teórica e prática deste campo educacional com relação aos aspectos pedagógicos e didáticos.

Burnier; Gariglio (2014) abordam os problemas no que tange à precarização da formação docente para a EP, chamando a atenção sobre a inexistência de uma regulamentação clara, que assegure a formação continuada do professor no cotidiano escolar e reconhecem a ausência de pesquisas neste campo, tanto no campo teórico como no das práticas de sala de aula e das políticas educacionais. Esses autores retonam a ideia do trabalho coletivo e produtivo para o desenvolvimento das identidades docentes e de um currículo inovador e emancipador na EP, através da formação continuada permanente, com planejamento e avaliação coletiva e permanente, construindo propostas pedagógicas adequadas a alunos e de professores, com suas potencialidades, sonhos e incompletudes. Ser professor na EP não é fácil, mais que ensinar a fazer é preciso:

(...) transitar entre duas diferentes profissões, articulando a formação e a prática em uma "área técnica", reconhecidamente constituída por saberes, com prática educativa, na maior parte das vezes, destituída de formação e que falta se estruturar ainda como profissão legalmente estabelecida ou mesmo socialmente reconhecida (BURNIER; GARIGLIO, 2014, p.80).

É fato é que os governos Lula (2003-2010) e Roussef (2011-2014) dobraram o número de matrículas na EP (1.441.051 de matrículas em 2013), sobretudo, na rede privada (BRASIL, 2012b), implantaram Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia por todo o Brasil e criaram uma série de programas e ações afirmativas (Programa Brasil Profissionalizado, Pronatec, Proeja, Plano Nacional de Qualificação,

entre outros). Diante desse fenômeno, pode-se observar que não há docentes, adequadamente, preparados para atender a expansão de matrículas, como também, os docentes que estão atuando na EP não foram preparados para as novas exigências dessa modalidade de ensino (OLIVEIRA, 2000, 2010; MACHADO, 2008a, 2008b; MOURA, 2008).

A formação de professores para a EP ainda se faz mediante cursos esporádicos e aligeirados, e mesmo os docentes das disciplinas técnicas não possuem preparação pedagógica para o trabalho a ser realizado em sala de aula. Ou seja, a formação docente para esta modalidade ainda se apresenta à margem das discussões relativas à Educação, posto que não conta com a devida atenção por parte das universidades. Destaca-se a afirmativa de Urbanetz (2012), que considera a formação de professores para a EP uma “ilustre desconhecida”. Ilustre, diz ela, porque é um assunto abordado por autores reconhecidos no cenário nacional, tais como: Acácia Kuenzer, Luiz Antonio Cunha, Silvia Manfredi, Lucília Machado, Maria Rita Oliveira, Dante Henrique Moura, Gaudêncio Frigoto, Suzana Burnier, Marize Ramos, Maria Ciavatta, entre outros. E desconhecida, porque há poucos trabalhos entre teses e dissertações que investigam sobre a temática, evidenciando-se, assim, um vazio acadêmico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas no Brasil tem caracterizado, historicamente, as iniciativas de formação de docentes, especificamente para EP. Além disso, duas grandes carências devem ser ressaltadas: a de pesquisa e a de pessoal docente qualificado, o que se constituiu em pontos críticos importantes e que estrangulam a expressão da Educação Profissional no país.

A formação dos docentes para a EP demanda atenção cuidadosa aos conteúdos pedagógicos e educacionais relacionados à sociologia dos saberes escolares e tecnológicos, à psicologia das aprendizagens, história da Educação Profissional e Tecnológica, sociologia dos currículos da Educação Profissional, filosofia da educação, educação tecnológica, avaliação, construção da identidade docente profissional, métodos de ensino para a Educação Profissional, organização escolar, políticas públicas em educação, políticas e gestão da Educação Profissional. Além disso, é fundamental proporcionar a maior proximidade possível do processo de ensino-aprendizagem com o contexto social e das relações do trabalho, garantindo ampla base científico-tecnológica e a articulação entre teoria e atividades práticas, mediante a oferta de estágio, não só na perspectiva do saber docente, mas também, na perspectiva do aprimoramento do saber técnico e tecnológico.

Face ao exposto, compreende-se que a resolução deste problema é condição fundamental à organização, planejamento e coordenação nacional de todos os esforços na tentativa de superação da estrutura fragmentada que ainda caracteriza a EP no país, requisito indispensável à sua institucionalidade. Mas, isso só será

possível, mediante o desenvolvimento de concepção consistente, além de uma política nacional ampla e contínua de formação profissional de docentes para esta modalidade de ensino.

Finalizando, é urgente a implantação de políticas que tornem a profissão docente mais atraente, melhorando as condições de trabalho, salários dignos e, principalmente, reconhecimento social. Espera-se que o atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024) cumpra suas metas, pois uma das suas tônicas é a valorização dos profissionais da educação, com a elevação do piso salarial do professor de forma a tornar a carreira docente capaz de atrair os bons profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 2. 208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 34 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF, 18 abr. 1997a.

_____. Decreto nº 5. 154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. [**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF, 26 jul. 2004.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. [**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF, 17 jul. 2008.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/ CEB nº 2, de 16 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. [**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF, 16 jun. 1997b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de

Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 21 set. 2012a. Seção 1, p. 22.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 11, de 4 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 4 set. 2012b. Seção 1 p. 98.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF, 2012b. Power Point. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cec/seminarios-1/programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego-pronatec/view>>. Acesso em: 8 set. 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**: Notas Estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2017, p. 10. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acesso em: 15 mai. 2017.

BURNIER, S.; GARIGLIO, J. A. A experiência Docente como Ponto de Partida para uma reflexão sobre a Formação de Professores para a Educação Profissional. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 74-99, maio/ago.2014.

CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Ensino Superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade** Revista de Ciência da Educação, v.27, n. 96, p. 911– 934, 2006.

KUENZER, A. Educação Profissional: novas categorias para uma pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.25, n. 2, p. 19 – 29, 1999.

_____. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 3 – 11, mai/ago, 2002.

_____. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica/MEC**. Brasília, SETEC, 2008, v.1, junho, 2008.

LIBRALESSO, R.C.B. Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades. **Anais do II SEPNET**. Belo Horizonte: CEFET – MG, 2010.

MACHADO, L. R.S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>.

Acesso em: 02 fev. 2013

_____. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Educação Superior em Debate**, v. 8, p. 67-82, mar. 2008b. Disponível em: <http://www.oei.es/pdfs/formacion_profesores_educacion_profesional_inep.pdf>.

Acesso em: 02 fev. 2013.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2013.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE nº 03/98): diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educação & Sociedade**. São Paulo, Ano 21, n. 70, p. 40-62, abr. 2000.

_____. A Formação do professor da área tecnológica à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. In: III Encontro Iberoamericano de Dirigentes de Instituições de Ensino de Engenharia, 2001, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.pp.ufu.br/ASIBEL/trabalhos/716.pdf>> Acesso em 05 fev. 2015.

_____. Formação e Profissionalização dos Docentes do Nível Técnico. In: ARANHA, A. V.; CUNHA, D. M.; LAUDARES, J. B. (Orgs.). **Diálogos sobre o trabalho: perspectivas multidisciplinares**. Campinas: Papirus, 2005.

_____. A formação de professores para a educação profissional. In: DALBEN, Ângela Imaculada de Freitas (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: educação profissional e tecnológica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 454-478. (Coleção Didática e Prática de Ensino; v. 3).

URBANETZ, S. T. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

ZARIFIAN, P. **O Modelo de Competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. S. Paulo: SENAC, 2003.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darluceaq@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoies@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleia.ufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493